

Dossiê Legal – Contratação por CPSI Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva – BA

Sistema: PEC Integrado – SaaS Municipal de Saúde (Argo Tech Brasil)

Fundamentos: LC nº 182/2021 (Marco Legal das Startups), Lei nº 14.133/2021 (no que couber), Decreto nº 10.946/2022, LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Este dossiê consolida todas as peças jurídicas e técnicas necessárias para instruir a contratação do sistema via CPSI, seguindo boas práticas do CNJ e modelos da AGU/TCU.

Sumário

Item	Documento
1	Estudo Técnico Preliminar (ETP)
2	Termo de Referência (TR) – Escopo e Requisitos
3	Editais CPSI – Licitação Especial
4	Plano de Trabalho e de Teste (Metas, Indicadores e Entregas)
5	Matriz de Riscos
6	Plano de Governança, Fiscalização e Comissão de Avaliação
7	Plano de Proteção de Dados (LGPD)
8	Minuta do Contrato CPSI
9	Minuta do Contrato de Fornecimento (pós-teste)
10	Minutas auxiliares (Comunicado/PNCP, Publicidade, Relatórios)
11	Declarações e Anexos Técnicos (Argo Tech Brasil)

1. Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Objeto: Teste, por CPSI, da solução inovadora PEC Integrado – SaaS Municipal de Saúde, integrando atendimento, prontuário eletrônico, estoque/dispensação, TFD e BI.

Problema: Fragmentação de dados entre unidades, demora no atendimento, duplicidade de registros, baixa rastreabilidade de estoques e inexistência de indicadores consolidados.

Resultados esperados: Redução do tempo médio de atendimento; unificação de agenda e prontuário; controle efetivo de estoque; governança de TFD; painéis gerenciais para decisão.

Alternativas analisadas: Processos manuais; soluções parciais não integradas; manutenção do status quo. Nenhuma atende integralmente ao problema com nível de inovação e integração propostos.

Justificativa do CPSI: A modalidade permite testar a solução em ambiente real, remunerando fornecedores durante os testes, com habilitação pós-julgamento e possível contratação de fornecimento ao final.

Valor estimado: R\$ 10.000,00/mês durante a fase de testes; primeira parcela na implantação; pagamentos mensais subsequentes condicionados a relatórios.

Base legal: LC 182/2021; Lei 14.133/2021 (no que couber); Decreto 10.946/2022; boas práticas do CNJ e modelos da AGU.

2. Termo de Referência (TR) – Escopo e Requisitos

2.1 Escopo do objeto

Contratação, por CPSI, de solução inovadora (SaaS) para gestão integrada da rede municipal de saúde com cobertura de todas as unidades (fixas e temporárias/ACS), interoperável com GOV.BR/SISAB.

2.2 Funcionalidades mínimas

Requisito	Descrição
Cadastro e identificação	CPF, CNS, endereço, equipe; busca por CPF/CNS/nome; risco e prioridade.
Recepção/triagem/filas	Emissão de senha, prioridade e fila por unidade e especialidade.
Agenda unificada	Marcação por especialidade/profissional; reagendamentos e confirmação.
Prontuário eletrônico	CID, receituário, atestados, anexos; histórico longitudinal; auditoria de acesso.
Laboratório/exames	Solicitação, resultados e anexos; integração por arquivo/HL7/FHIR.
Dispensação/estoque	Controle de medicamentos por receita digital; rastreabilidade; relatórios.
TFD	Gestão de viagens, autorizações, diárias e relatórios.
Aplicativo ACS	Coleta offline e sincronização automática.
BI e relatórios	Painéis executivos; exportação CSV/PDF; indicadores por unidade e período.
Segurança e LGPD	Criptografia em trânsito/repouso, RBAC/MFA, trilhas de auditoria, DPO.
SLA e operação	Disponibilidade ≥ 99,5%; RTO 4h; RPO 1h; registro de incidentes e mudanças.

2.3 Pagamento

Primeira parcela na implantação; R\$ 10.000,00/mês durante os testes, condicionados à entrega e aceite dos relatórios.

3. Edital CPSI – Licitação Especial (Modelo)

Objeto: Seleção de proposta de projeto para teste de solução inovadora (PEC Integrado – Saúde Municipal).

Participação: Pessoas físicas ou jurídicas (isoladas ou consórcios), brasileiras ou estrangeiras, com habilitação posterior ao julgamento.

Cronograma: Apresentação de propostas; julgamento; habilitação dos selecionados; negociação e celebração do CPSI.

Critérios de julgamento: Melhor técnica com pontuação em inovação, aderência ao problema, viabilidade, governança de dados e capacidade de execução.

Limites legais: CPSI até 12 meses, prorrogável por mais 12; teto global por CPSI até R\$ 1,6 milhão; possibilidade de posterior contrato de fornecimento até R\$ 8 milhões (24+24 meses).

Transparência: Publicação no PNCP, site oficial e relatórios público-simplificados.

4. Plano de Trabalho e de Teste

4.1 Metas e indicadores

Indicador	Meta
Tempo médio de atendimento	Redução $\geq 25\%$
Integração entre unidades	$\geq 90\%$ de registros disponíveis em todas as unidades
Disponibilidade do sistema	$\geq 99,5\%$ (mensal)
Satisfação dos profissionais	$\geq 80\%$ (survey)
Governança LGPD	100% de conformidade auditável

4.2 Entregas por fase (8 semanas)

Semana	Entregas
S1	Planejamento, CI/CD, segurança, cadastro de unidades e perfis
S2	Instalação e bases; agendas; prontuário; estoques
S3	Integrações SISAB/e-SUS; treinamento
S4	Homologação e ajustes
S5	Go-live assistido
S6-S8	BI, App ACS, teleconsulta, IA (piloto)

5. Matriz de Riscos

Risco	Prob.	Impacto	Mitigação
Atraso na integração SISAB	M	M	Ajuste de escopo/cronograma; reforço técnico
Indisponibilidade temporária	B	A	Alta disponibilidade e plano de continuidade
Não adesão de usuários	M	M	Treinamento, champions, suporte on-site
Incidente de segurança	B	A	MFA, RBAC, criptografia, resposta a incidentes
Variação de demanda	M	M	Escalabilidade horizontal e monitoramento

6. Plano de Governança, Fiscalização e Comissão de Avaliação

Institui-se Comissão de Avaliação com 3 a 5 membros (Saúde, TI, Jurídico), com reuniões quinzenais, atas e relatórios. Fiscal do contrato designado por portaria.

Relatórios: parciais (mensais) e final, com verificação de metas, indicadores, conformidade e aceite de entregas.

Canal de governança de dados: DPO municipal, registro de incidentes e correções, plano de continuidade e melhoria.

7. Plano de Proteção de Dados (LGPD)

Bases legais: execução de políticas públicas; tutela da saúde; cumprimento de obrigação legal.

Medidas técnicas: criptografia TLS, criptografia em repouso, segregação de ambientes, logs imutáveis, MFA, RBAC, princípio do mínimo privilégio, mascaramento em relatórios.

Medidas organizacionais: políticas de acesso, treinamento, DPO designado, PIA (avaliação de impacto), registro de atividades de tratamento, acordo de confidencialidade.

Direitos dos titulares: canais de atendimento, registro de solicitações, prazos e governança de consentimento quando aplicável.

8. Minuta do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI)

Partes: Prefeitura de Cardeal da Silva (Contratante) e Argo Tech Brasil (Contratada).

Objeto: Teste, por até 12 meses (inicial 6 meses, prorrogável), da solução PEC Integrado.

Remuneração: R\$ 10.000,00/mês; 1ª parcela na implantação; pagamentos vinculados a relatórios de desempenho.

Matriz de riscos: conforme item 5; compartilhamento equilibrado; possibilidade de rescisão por insucesso tecnológico.

Propriedade Intelectual: Titularidade da Contratada; cessão de direito de uso não exclusivo à Administração durante o teste; vedação à engenharia reversa.

LGPD: cláusula específica de operador/controlador; incidentes e notificações; auditoria; sanções.

Conversão: Em caso de êxito, contratação direta de fornecimento pelo melhor custo-benefício (qualidade e preço), motivadamente.

9. Minuta do Contrato de Fornecimento (pós-teste)

Prazo: 24 meses, prorrogáveis por igual período (24+24), teto global de R\$ 8 milhões (conforme legislação).

Escopo: Fornecimento e operação contínua do PEC Integrado; suporte, manutenção, evolução e capacitações.

Preço: Tabela mensal e eventuais serviços adicionais previamente autorizados; reajuste anual por índice setorial.

Gestão contratual: KPIs, SLA, multas, bônus por desempenho, auditorias periódicas e governança LGPD.

10. Minutas Auxiliares

Peça	Descrição
Comunicado de Intenção (site/PNCP)	Aviso de abertura da licitação especial CPSI e link para edital completo.
Termo de Designação de Comissão	Nome, matrícula, papéis e periodicidade de reuniões/atas.
Relatório Parcial (modelo)	Template de aferição de metas e aceite parcial.
Relatório Final (modelo)	Template de avaliação conclusiva e recomendação de fornecimento.

11. Declarações e Anexos Técnicos (Argo Tech Brasil)

- Declaração de Inovação: caráter inovador, interoperabilidade e uso de IA; responsabilidade técnica; equipe.
- Anexo Técnico do Sistema: descrição detalhada das funcionalidades mínimas e roadmap; arquitetura; segurança; SLA.

— FIM —